



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 11-23, 2023
DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a59098

Artigos Livres

Onde a voz e a letra se encontram: desafiando paradigmas com Laura Padilha

Where the voice meets the letter: challenging paradigms with Laura Padilha

Donde la voz y la letra se encuentran: desafiando paradigmas con Laura Padilha

Lucas Laurentino de Oliveira 

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: lucas2abril@gmail.com

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autor correspondente

Lucas Laurentino de Oliveira
lucas2abril@gmail.com

Recebido: 01/06/2023

Aceito: 11/06/2023

Como citar:

OLIVEIRA, Lucas Laurentino de. Onde a voz e a letra se encontram: desafiando paradigmas com Laura Padilha. *Revista Mulemba*, v. 15, n. 28, p. 11-23, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a59098>

Resumo

O artigo pretende discutir alguns aspectos da produção de conhecimento acadêmico atual, sua história e suas implicações. Partimos da noção de que o artigo científico obedece a determinadas normas que impessoalizam a sua autoria e, assim, contribuem para uma percepção da pesquisa científica que não leva em conta as pessoas que efetivamente a realizam, reforçando estereótipos e posições de poder. Daí, encontramos em uma entrevista de Laura Cavalcante Padilha uma via alternativa de se pensar a produção de conhecimento escrito. A autora, estudiosa da literatura angolana, discute questões literárias e pessoais, articulando a experiência de pesquisa e a vivência intelectual num discurso denso e plurissignificativo.

Palavras-chave

Laura Padilha; literatura angolana; crítica literária

Abstract

The article intends to discuss some aspects of current academic knowledge production, its history and its implications. We start from the notion that the scientific article obeys certain norms that impersonalize its authorship and, thus, contribute to a perception of scientific research that does not take into account the people who actually carry it out, reinforcing stereotypes and positions of power. Hence, in an interview with Laura Cavalcante Padilha, we find an alternative way of thinking about the production of written knowledge. The author, who studies Angolan literature, discusses literary and personal issues, articulating her research experience and her intellectual experience in a dense and plurisignificant discourse.

Keywords

Laura Padilha; Angolan literature; literary criticism

Resumen

El artículo pretende discutir algunos aspectos de la producción de conocimiento académico actual, su historia y sus implicaciones. Partimos de la noción de que el artículo científico obedece a ciertas normas que despersonalizan su autoría y, por tanto, contribuyen a una percepción de la investigación científica que no toma en cuenta a las personas que realmente la realizan, reforzando estereotipos y posiciones de poder. Así, en una entrevista con Laura Cavalcante Padilha, encontramos una forma alternativa de pensar la producción de conocimiento escrito. La autora, estudiosa de la literatura angolana, aborda cuestiones literarias y personales, articulando su experiencia investigativa y su experiencia intelectual en un discurso denso y plurisignificativo.

Palabras-clave

Laura Padilha; literatura angolana; crítica literaria

Quando observamos o meio acadêmico atual, percebemos que o artigo científico e seus gêneros correlatos (a monografia, a dissertação e a tese) é um modelo de produção de conhecimento escrito. Ou seja, a princípio, ele apresenta todas as características que um texto de caráter científico deveria ter, em particular a impessoalidade, expressa no discurso em terceira pessoa do singular, e a uniformidade do estilo, que sustenta uma univocidade a despeito do número de autores envolvidos. Assim, através de

uma análise do modo de composição do artigo, podemos compreender os valores que embasam a noção contemporânea de conhecimento.

Neste caminho, entendemos, por exemplo, que o conhecimento é uma entidade externa aos sujeitos humanos. Devemos falar sobre os temas de pesquisa de maneira distanciada, *objetiva*. A subjetividade, embora largamente reconhecida como inultrapassável, uma vez que são ainda pessoas que pesquisam e fazem ciência, precisa ser mantida sob controle, com a menor interferência possível no texto. Daí a necessidade de elaborar um discurso que evite marcas pessoais, apague os rastros dos corpos concretos que materialmente escrevem. O artifício mais utilizado para isso é a terceira pessoa do singular. Não é um “eu” que escolhe um tema e propõe uma argumentação, um levantamento de dados, uma teoria. São os argumentos, os dados, as teorias que se mostram, se justificam e se desenvolvem como que movidas por uma lógica interna.

Outro recurso interessante que contribui para esse apagamento é a univocidade. No estágio de desenvolvimento técnico e informacional em que nos encontramos, é quase impossível fazer ciência de maneira individual. Grupos de trabalho que mobilizam dezenas, por vezes centenas, de profissionais se tornaram parte do cotidiano de pesquisa. No entanto, o que prevalece no texto, no artigo a ser escrito, é a ausência das múltiplas vozes que fizeram parte do processo. No fim, ainda que a referência mencione diversos autores, há apenas uma autoria de fato. As várias mãos que compuseram o texto se mesclam, algo violentamente, numa só voz. Este fenômeno, claro está, é parte da busca pela impessoalidade do conhecimento acadêmico-científico.

Desse modo, temos um texto sanitizado, dessubjetivado, que oferece a quem lê um conjunto de informações que parecem ter-se derivado umas das outras e chegado a uma conclusão evidente. Quando extraímos do componente textual, a escrita, suas marcas humanas, qual é o resultado? Mais do que isso, o que essa “filosofia” da objetividade quer nos dizer?

Para nós, o artigo acadêmico que procura seguir fielmente esses padrões expressa uma vontade de eliminar a sua própria historicidade. Isto é, a postulação valorativa de uma neutralidade que se quer absoluta (embora a admita inatingível) oculta ou descarta as bases sobre as quais foi erigida. Numa palavra, o artigo acadêmico foi condicionado historicamente para ser como é. Os valores que ele expressa, na estrutura do texto, são valores de um recorte social. E só notamos tal condicionamento quando esses valores são postos em causa. A partir disso, distinções aparentemente óbvias, como subjetivo/objetivo, racional/emocional, pessoal/impessoal, deixam de sê-lo. Afinal, falar objetivamente é falar de objetos. Mas quem se arroga na posição de sujeito para determinar o quê ou quem pode ser objeto?

Acreditamos que é nesse espírito desafiador que Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2020), discute as implicações

de um discurso que se quer científico, ou seja, com o mínimo de interferências subjetivas, na análise da questão do racismo.

Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais *negras/os* residem: “Você tem uma perspectiva demasiado *subjetiva*”, “muito *pessoal*”; “muito *emocional*”; “muito *específica*”; “Esses são *fatos objetivos*?”. Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o *sujeito branco* posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/ eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico (Kilomba, 2020, p. 33).

Desta passagem, chama a atenção a expressão “Como acadêmica”, porque a conjunção “como” delinea duas situações paralelas, dois modos de encarar a pesquisa sobre o racismo cotidiano. Visto de uma perspectiva não-acadêmica, o trabalho é interessante, até mesmo importante. Porém, dentro da perspectiva acadêmica, há um “mas”, um juízo de valor que se pretende objetivo, “mas não é muito científico”. O problema, dessa forma, não é simplesmente a pesquisa em si, mas o lugar em que ela está situada. A academia é um lugar de poder, de produção e, principalmente, de legitimação do conhecimento. Fora dela, investigar as maneiras como opera o racismo cotidiano estaria no patamar da curiosidade, talvez. Dentro, essa pesquisa abala todo o corpo de conhecimento produzido sobre o tema até então. Ela desafia a relação sujeito-objeto ao recusar às pessoas negras o papel de objeto, postulando um novo arranjo, uma situação sujeitos-sujeitos.

A partir de tal procedimento, Kilomba expõe a desigualdade das posições de poder, “a ordem colonial na qual intelectuais *negras/os* residem”; “Eles permitem que o *sujeito branco* posicione nossos discursos de volta nas margens”. Nesses dois trechos, a metáfora espacial é relevante. Residir e posicionar são verbos que indicam agência e mobilidade. As intelectuais negras se encontram em uma ordem colonial e, por isso, seu discurso é posicionado nas margens. Quem possui a agência de posicionar o discurso do outro é o *sujeito branco*. Nessa construção textual, vem à tona a percepção de que não existe nada natural nesses posicionamentos e que eles podem ser alterados, deslocados, subvertidos. A ordem colonial do discurso, que se julga no poder de silenciar ou de dar voz, fica explícita, e suas categorias “neutras” são localizadas como parte de um sistema de referências e valores que a sustenta.

Por conseguinte, desafiar o discurso em terceira pessoa do singular é devolver ao artigo acadêmico a sua historicidade enquanto denuncia os artifícios sobre os quais

ele se instituiu. De modo análogo, um texto que não recusa as suas vozes dissonantes representa igual desafio.

A uniformidade do estilo é, até certo ponto, uma questão estética. Se pensarmos no objetivo principal de um texto acadêmico, que é transmitir informações relevantes sobre uma pesquisa, a variação estilística pode configurar um obstáculo para o seu entendimento adequado. Por isso é necessário haver algum grau de homogeneidade na estrutura textual. Entretanto, precisamos reconhecer o risco decorrente de tal escolha. Se as vozes autorais acabam por convergir numa autoria singular, é possível que esta prática se transforme numa “fábrica de consensos”. As marcas pessoais, os elementos dissonantes, são parte fundamental do processo de pesquisa, pois é a partir do desacordo que se chega a novos resultados, a novas realidades. Uma vez suprimidas as divergências, a pesquisa aparece como um corpo homogêneo e quase incontestável, que gera categorias fictícias como “a Ciência”, espécie de entidade divinizada que deteria o verdadeiro conhecimento. As armadilhas de tal compreensão não podem ser ignoradas, principalmente quando aliamos o pensamento científico ao ensino. Se a “Ciência” é um conjunto acabado de saberes que precisam ser transmitidos a estudantes-recipientes, como desenvolver o espírito de investigação que é motor da pesquisa científica? Estamos no terreno da *concepção bancária de educação*, nos termos de Paulo Freire (1968).

Aliás, o autor quebra com essa noção de univocidade em algumas de suas obras mais importantes. Por exemplo, o livro *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*, publicado originalmente em 1990, é escrito em parceria com Donaldo Macedo. Mais do que isso, é um livro *dialogado*, em que uma autoria não se submete à outra, mas ambas compartilham da responsabilidade de reflexão. O texto “Repensando a alfabetização: um diálogo” é emblemático deste gesto subversivo. Nele encontramos a marca explícita dos autores em conversa. O tema sobre o qual discutem é a relação intrínseca entre a leitura do mundo e a leitura da palavra, ou seja, um alargamento da concepção de leitura que ultrapasse a simples ideia de descodificação dos grafemas. Destacamos as seguintes passagens:

FREIRE: [...] o papel mais importante da pedagogia crítica é levar os alunos a reconhecer as diversas tensões e habilitá-los a lidar com elas eficientemente. Tentar negar essas tensões acaba por negar o próprio papel da subjetividade. A negação da tensão significa a ilusão de ter superado essas tensões quando, na verdade, elas estão apenas ocultas (Freire; Macedo, 2021b, p. 82).

FREIRE: [...] Só os que têm poder podem generalizar e estabelecer que as características de seu grupo são representativas da cultura nacional. Assim estabelecendo, o grupo dominante necessariamente deprecia todas as características pertencentes aos grupos subalternos,

características que se desviam dos padrões estabelecidos (Freire; Macedo, 2021b, p. 87).

Dessas duas *falas* de Freire, identificamos o reconhecimento da subjetividade, da tensão que emerge do contato entre diferentes mundividências e as relações de poder envolvendo a cultura. A pedagogia crítica se insurge contra a pedagogia bancária, por isso não pode reproduzir as suas práticas. Como o autor escreve em *Pedagogia do oprimido*: “Muitos [revolucionários] [...] terminam usando, na sua ação, métodos que são empregados na ‘educação’ que serve ao opressor. Negam a ação pedagógica no processo de libertação, mas usam a propaganda para convencer [...]” (Freire, 2021a, p. 75). Na segunda passagem supracitada, percebemos uma aproximação interessante com o texto de Grada Kilomba. Em ambos os casos, há a afirmação do conhecimento como espaço de disputa. Quem tem o poder não só impõe o seu modo de conhecimento como também avalia e legitima (ou não) os conhecimentos alheios. Com isso, o critério científico-acientífico se torna valorativo quando os discursos do centro o utilizam para avaliar o que é conhecimento “verdadeiro”, “legítimo”.

Portanto, o texto de Freire e Macedo é mais do que uma alternativa ao modo tradicionalmente acadêmico de produzir conhecimento, é uma *práxis*, a um só tempo ação e reflexão. A recusa em fundir as duas vozes num único texto expositivo-argumentativo, mas sustentá-las e referenciá-las, mostra um caminho efetivamente plural de se pesquisar. Nesse caso, ainda que não haja discordâncias vitais entre os pontos de vista dos autores, o simples assinalamento das autorias é subversivo.

Por fim, na esteira do gesto Paulo freiriano de gerar diálogos, bell hooks, em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (1994), constrói um texto a duas vozes, intitulado “A construção de uma comunidade pedagógica (Um diálogo)”, diálogo este feito com Ron Scapp. Na introdução ao texto, hooks expõe suas razões de maneira que nos é bastante significativa:

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças (hooks, 2017, p. 174).

Destacamos a possibilidade de cruzar fronteiras, não só as sociais, mas também as textuais. hooks, de modo semelhante a Freire e Kilomba, reposiciona o lugar do “acadêmico” ao endereçar as vozes insurgentes, o rastro histórico presente em toda produção intelectual e a necessidade de oferecer alternativas ao discurso padrão. Além disso, no diálogo com Ron Scapp, hooks realça um elemento que é constantemente

sublimado no gênero acadêmico: o corpo. Apagar as marcas pessoais é apagar o corpo que escreve, o corpo que fala, o corpo que habita/reside aquele determinado espaço de produção do conhecimento, espaço de poder.

bh: O mascaramento do corpo nos encoraja a pensar que estamos ouvindo fatos neutros e objetivos, fatos que não dizem respeito à pessoa que partilha a informação. Somos convidados a transmitir informações como se elas não surgissem através dos corpos (hooks, 2017, p. 186).

Ressoando a freiriana crítica à concepção bancária de educação, hooks aponta como o desvanecimento do corpo acarreta a ficcionalização da neutralidade das informações. O professor em sala é uma mente que fala. Os fatos de que fala, independentemente de serem fórmulas matemáticas, eventos históricos, estruturas sintáticas ou conceitos filosóficos, são objetivos, neutros. O que essa elisão deixa de fora é o corpo professoral, um corpo tradicionalmente masculino, branco, eurocêntrico, cisgênero, heteronormativo¹. Quando o corpo é recolocado, reposicionado, o padrão torna-se evidente. Por que não professoras? Por que não negras? O que até então era indisputado vira objeto de reflexão e de crítica. hooks fala em outra passagem:

bh: Dou aula a muitos alunos brancos e eles têm posições políticas diversas. Mas eles chegam à aula de literatura feminina afro-americana e não querem ouvir discussões sobre políticas de raça, classe e gênero. Frequentemente reclamam: “Eu pensei que este curso era de literatura.” O que estão me dizendo, na verdade, é: “Achei que este curso seria dado como qualquer outro curso de literatura que eu já fiz, apenas substituindo os escritores brancos do sexo masculino por escritoras negras do sexo feminino.” Eles aceitam a mudança no foco de representação, mas resistem a mudar as maneiras como pensam sobre as ideias. Isso é ameaçador. É por isso que a crítica do multiculturalismo busca fechar de novo a sala de aula – deter essa revolução em como sabemos o que sabemos (hooks, 2017, p. 193).

Raça, classe e gênero não existem sem corpo. Trazer esses aspectos para a discussão provoca, ou deve provocar, uma meta-análise da própria situação acadêmica. Como se estudam as autoras negras? É possível estudá-las usando a mesma metodologia dos

¹ E aqui vale sublinhar a diferença de gênero na atividade docente. O professor de adultos, o acadêmico, é masculino. A professora de crianças, a normalista, é feminina. Essa estrutura pressupõe que, enquanto o professor produz conhecimento, a professora o reproduz.

escritores brancos? A questão do sujeito-objeto retorna e suscita novas interpretações. A mesma lente analítica pode ver *corpora* diversos?

Assim como o professor está na sala de aula enquanto mente ambulante, o texto unívoco e objetivo é um texto sem corpo, fornecedor de informações. Quando tais características são desafiadas, criticadas, a estrutura textual também precisa ser repensada. Como investigar o racismo cotidiano usando uma metodologia de origem racista? Como criticar a pedagogia bancária usando os mesmos procedimentos dela? Como abordar raça, classe e gênero sem recuperar o corpo que escreve/fala/produz?

Achamos necessário elaborar tais considerações para podermos posicionar o discurso de Laura Cavalcante Padilha, acadêmica, professora universitária de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, num registro menos “científico”, uma entrevista. Pretendemos ler as *falas* de Padilha à luz do que foi exposto pelos autores supracitados, reconhecendo que a autora conjuga características e práticas abordadas nos textos mencionados. Assim, nos vemos diante de uma intelectual negra produzindo conhecimento a partir de uma chave que contorna/supera tanto o discurso da terceira pessoa do singular quanto a ideia de texto unívoco. Com isso, propomos que a entrevista realiza o encontro entre “voz e letra”, tão importante para o pensamento da autora em sua pesquisa sobre a ficção angolana.

A entrevista foi concedida à *Revista Crioula*, em novembro de 2007, por ocasião da homenagem recebida por Padilha no III Encontro de Professores de Literaturas Africanas, ocorrido no Rio de Janeiro. Os entrevistadores foram Avani Souza Silva, Érica Antunes Pereira, Flávia C. Bandeca Biazetto e Flávia Merighi Valenciano. O diálogo perpassa por questões gerais sobre os estudos das literaturas africanas no Brasil e pessoais, sobre a trajetória biográfico-acadêmica da entrevistada. A primeira pergunta, por sinal, é referente à contribuição da crítica brasileira aos estudos africanos, ao que a professora responde:

Muito da inovação do universo crítico das africanas está no Brasil. Hoje, há uma gama de professores brasileiros a trabalhar estas literaturas e a criar todo um aparato teórico que sustenta uma crítica de caráter desconstrutor, por assim dizer. Os brasileiros não só são convidados para dar cursos ou fazer palestras no exterior, mas lá começam a publicar suas obras. Isso indica que há uma atitude de respeito em relação à crítica literária brasileira sobre as africanas (Padilha, 2007, p. 2).

Nesta fala, estão sobrepostas duas dimensões dos estudos literários que se interconectam. Primeiramente, Padilha faz referência ao seu próprio trabalho enquanto pesquisadora e ao de colegas acadêmicos, mostrando o reconhecimento dos seus esforços por investigar a produção literária africana. Em segundo lugar, a resposta

evoca uma relação de cumplicidade e parceria entre Brasil e África, mais especificamente os países lusófonos, que se evidencia nas declaradas influências dos autores brasileiros para as literaturas africanas ao longo do século XX, assim como demonstra a existência dos laços culturais e históricos entre esses países, dadas as experiências semelhantes de colonização e racismo de que foram alvo. A crítica brasileira exerce um poder sobre as literaturas africanas que não pode ser desconsiderado. Pelo contrário, é preciso reconhecê-lo responsabilmente.

O diálogo avança e Padilha tem a oportunidade de analisar a situação das literaturas dos países africanos lusófonos tendo em vista as contradições que emergem dos processos de independência, da busca por uma consolidação de uma consciência nacional, das tensões entre uma herança oral tradicional e uma cultura escrita influenciada largamente pelos aparatos tecnológicos modernos. Nesse sentido, afirma a autora:

Não se deve esquecer, também, que houve um momento, depois da chegada da escrita e de sua apropriação pelos africanos, em que se fez necessário buscar outros modelos, pelos quais o projeto literário se pudesse afirmar e consolidar como alteridade, pois, só assim, poderiam ser enfrentados os paradigmas formais e temáticos impostos pelo colonizador. A tradição, que circulava pela voz, foi, em certa medida, incorporada ao texto escrito, não só por seu sentido ético de resistência, mas por sua própria dimensão estética como produção imaginária (Padilha, 2007, p. 3).

Entendemos dessa passagem que a tradição oral, em vez de sofrer uma simples substituição pela escrita decorrente do processo colonizador, se transformou em substrato e agente de uma escrita rebelde e de vocação revolucionária. Assim como a língua portuguesa, que passou de imposição imperialista para instrumento de libertação nas mãos dos escritores, a escrita foi apropriada pelos africanos e ressignificada, tendo como base motora a cultura da voz. Desse modo, houve um entrelaçamento entre voz e letra, a tradição oral sendo incorporada pela escrita, sem que isso representasse o desaparecimento daquela.

Ao longo da entrevista, a análise ponderada dos objetos de estudo aos poucos é mesclada a experiências de vida. A autora passa a falar de si quando fala das literaturas que estudou. Nesse percurso, opiniões são emitidas e reconsideradas num fluxo de pensamento que se faz durante a interlocução. Talvez o exemplo mais emblemático de tal procedimento seja a visão de Padilha a respeito da expressão “literatura afro-brasileira”. Ela diz o seguinte:

Vou dizer uma heresia, mas acho que há uma única literatura e ponto final: a brasileira. Talvez nesse momento ainda seja necessária

a designação “afro-brasileira”, mas qualquer catalogação, dentro de uma literatura, limita-a. O que aconteceu é que dizem que os negros nunca fizeram parte da literatura brasileira, e isso não é verdade. Temos Machado de Assis, Lima Barreto, Cruz e Sousa, Mário de Andrade, isso apenas para exemplificar (Padilha, 2007, p. 12).

Nesta passagem, é digno de atenção o cuidado com que a autora prepara a sua declaração, algo polêmica. Uma decisão consciente que admite a dificuldade do que será pronunciado: só existe uma literatura. Reconhecemos a aguda consciência da diferença entre opinião e análise. Repare como ela diz “mas acho que há uma única literatura” e logo depois complementa “Talvez nesse momento ainda seja necessária”. O ponto de vista pessoal se articula à percepção analítica da necessidade de se afirmar uma literatura afro-brasileira. Para ela, no entanto, essa denominação é problemática porque o termo acaba por insinuar que a literatura brasileira é eminentemente branca, o que Padilha confronta com exemplos de escritores canônicos. Afinal, o afro de afro-brasileiro ainda carrega um elemento geográfico, portanto, “estrangeiro”. Ou seja, em vez de reconhecer a presença dos escritores de ascendência africana no rol da literatura brasileira, o termo separa, cria uma categoria própria para abrigar esses escritores. Entretanto, Padilha enxerga os limites do seu ponto de vista e ressalta a relevância política do termo, ao sublinhar a participação negro africana na cultura brasileira.

Outro ponto interessante dessa passagem é o uso do termo “heresia”. A autora joga com signos da tradição cristã ao longo de toda a entrevista. Em determinado momento, ao explicar a relação que desenvolvera com a leitura desde a infância, ela menciona um acontecimento: “Lembro agora que deixei de ir à igreja por causa de Eça de Queirós, pois o padre achou um absurdo que meu pai me desse, aos catorze anos, *O Crime do Padre Amaro* para ler. Revoltei-me com o padre e nunca mais quis frequentar igrejas.” (Padilha, 2007, p. 5). O choque entre o desejo (conhecer o livro de Eça de Queirós) e a imposição de regras derivadas de uma postura moralista (jovens mulheres não deveriam ler certos livros) sugere uma cena de “expulsão do paraíso” (“nunca mais quis frequentar igrejas”). Mais do que isso, há uma inversão da própria ideia de expulsão, uma vez que é iniciativa da jovem leitora deixar de ir à igreja. Entre a vivência censurada e a busca do saber, Padilha optou pela segunda opção.

Mais adiante, lemos: “É entre o leitor e o produtor há uma diferença enorme: nós, leitores, só temos que ter prazer ao ler o texto. Infelizmente, para nós, professores de literatura, esse prazer fica, às vezes, meio abortado, porque temos que costurar pela lateral. É ‘nosso dever e nossa salvação’” (Padilha, 2007, p. 8). Se, um pouco antes, vimos Padilha dando as costas para a Igreja, a presente citação de uma passagem da Oração Eucarística, a resposta dada pelo público durante o rito da missa que prepara a consagração da hóstia e do vinho, “é nosso dever e salvação”, aparece na

chave da ironia. Não se trata, porém, de simples deboche ou jogo de palavras. É o apontamento de que a relação leitor, produtor e professor envolve algum aspecto do sagrado. Em nome da clareza, da pesquisa, da produção de conhecimento, é preciso “abortar o prazer da leitura”, uma vez que os professores de literatura se encontram numa posição intermediária, mediúnica talvez, entre o produtor e o leitor.

Ao final da entrevista, Laura Padilha conta a experiência de se descobrir negra, do racismo sofrido na escola até a lição dada por seu pai. A mirada no espelho, a conscientização de si, a percepção de um aprendizado – “O reflexo do espelho recuperou para sempre a cor da minha pele para mim” (Padilha, 2007, p. 17) – culmina em outra referência religiosa cristã: “E, como diz o gênesis bíblico, até hoje acho que isso foi e é bom.” (Padilha, 2007, p. 17). Ora, mais uma vez estamos diante de uma compreensão irônica da tradição cristã. Não mais como Eva, e sim como o próprio Deus contemplando sua criação, Padilha vê, em retrospecto, presentificando essa experiência infantil, a descoberta de seu próprio corpo como um acontecimento genesíaco. Importante mencionar que o estopim da cena é devido aos conhecimentos de Latim da jovem Laura Padilha, língua esta oficial do catolicismo. Assim, quando voltamos ao anúncio, “vou dizer uma *heresia*”, percebemos que a escolha da palavra é precisa. É heresia não por violar uma norma, mas por lhe oferecer uma alternativa.

O reconhecimento da diferença geográfica é outro elemento que atravessa a entrevista. A autora compreende os laços que a ligam à África, mas faz questão de se posicionar como estrangeira: “não me considero professora ou investigadora das cinco literaturas, mas, sim, uma estudiosa da angolana, embora fique sempre um pouco desconfiada daquilo que escrevo e penso, pois sou uma leitora estrangeira.” (Padilha, 2007, p. 9). Em outra passagem, após narrar a sua primeira viagem a Angola, Padilha diz: “Aquela não é a minha terra. Minha terra é essa aqui; é esse lugar aqui. A África foi a terra de parte dos meus ancestrais. Só isso.” (Padilha, 2007, p. 12). Tal percepção parece em consonância com a experiência da diáspora africana. A vontade de restituir um passado perdido depara-se com a sua impossibilidade, decorrente da ferida colonial. E essa consciência da distância é significativa para que não se caia na armadilha de interpretar as literaturas africanas à luz das dinâmicas das populações negras brasileiras, por exemplo.

Por fim, é importante salientar as marcas da plurivocidade própria à entrevista, a presença dos corpos em interlocução. Desde rubricas como “(gargalhadas)” (Padilha, 2007, p. 6) até momentos em que a entrevistada trata sua fala como um “desabafo” (Padilha, 2007, p. 15) e, principalmente, no desdobramento do eu que ocorre a partir do diálogo, “Eu tenho muita dificuldade com a Laura Padilha, pois ela, às vezes, fica meio pesada para mim...” (Padilha, 2007, p. 8), todos esses aspectos contribuem para a construção de um texto em abertura, que não apenas indica a presença das várias

mãos que o compuseram, como também aponta traços de conhecimento próprios de um modo desafiador de produzir conhecimento.

A Laura Padilha, referência incontornável nos estudos de literaturas africanas, ocupa um espaço de poder, a academia, e pela sua atuação, oferece uma resistência e reavaliação desse mesmo lugar. A certa altura, a autora lembra:

Quando dizia, lá na Faculdade Nacional de Filosofia em que estudava, que eu, Magnólia Brasil Barbosa e Domício Proença Filho éramos negros, a resposta era uma só: “Não são, mesmo!” Ríamos muito disso, apesar de entendermos o que o subtexto da resposta continha. Se nós tínhamos chegado à Universidade do Brasil, não éramos negros. Eles estavam em um outro lugar. E eu me pergunto: “Onde eles estão, até hoje, cinquenta anos depois?” É duro, muito duro... (Padilha, 2007, p. 16-17).

A pergunta, que ecoa a discussão de Kilomba (2020) – “Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos” (Kilomba, 2020, p. 33) – mostra os obstáculos ainda existentes no processo de revisão dos paradigmas acadêmico-universitários. Na fala de Padilha, é o lugar que determina a raça: se está na universidade, não pode ser negro. É uma questão de posicionamento, como demonstra Kilomba. O sujeito branco delimita os espaços e legitima (ou não) os discursos que podem circular neles, mais ainda, quais discursos podem ser, de fato, produzidos.

Apesar de ainda ser “muito duro”, a ação e a atuação de Laura Padilha, seja nos textos convencionalmente científicos, seja nessa entrevista de múltiplos saberes, se mostra mais do que necessária, é uma verdadeira *práxis* educacional e crítica. E a partir desse diálogo gerador de diálogos, podemos fazer jus ao legado da autora.

Diante do objetivo principal deste texto, partir de uma discussão sobre a produção de conhecimento escrito e seus desdobramentos, e chegar à leitura de uma entrevista de Laura Padilha, parece apropriado encerrarmos com as suas palavras, que, a nosso ver, articulam os principais pontos tratados ao longo destas páginas: “Só será dada visibilidade às produções literárias africanas e/ou afro-brasileiras, quando os aparatos de dominação, que sustentam a própria crítica literária, se reverterem.” (Padilha, 2007, p. 16).

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021b.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

PADILHA, Laura Cavalcante. “Laura Cavalcante Padilha: uma fiandeira da voz e da letra” – entrevista. **Revista Crioula**, [S. l.], n. 2, p. 1-17, nov. 2007.

Lucas Laurentino de Oliveira. Doutorando em Literaturas Portuguesa e Africanas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (UFRJ). Pesquisa atualmente a escrita ensaística de Jorge de Sena e a estética do horror em novas mídias. Administra o site Ler Jorge de Sena (www.lerjorgedesena.lettras.ufrj.br), sob a coordenação de Gilda Santos.